



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3<sup>o</sup> TRIMESTRE

2016



Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo  
Teresina-PI - CEP: 64018-900  
Tel.: (86) 3215-3800  
Email: [tce@tce.pi.gov.br](mailto:tce@tce.pi.gov.br)

#### **PRESIDENTE**

Luciano Nunes Santos

#### **VICE-PRESIDENTE**

Olavo Rebelo de Carvalho Filho

#### **CONSELHEIROS**

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kléber Dantas Eulálio

#### **CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

#### **PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO TCE/PI**

PROCURADOR GERAL

Plínio Valente Ramos Neto

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior

Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

#### **ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA**

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Antonio Sobral Veloso Filho

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Anna Augusta de Carvalho Gonçalves Nunes Reis

#### **ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL**

DIRETORIA PROCESSUAL

Ítalo de Brito Rocha

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Antônio Ricardo Leão de Almeida

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. MUNICIPAL

Vilmar Barros Miranda

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. ESTADUAL

Maria Valéria Santos Leal

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Francisco José Soares Fernandes

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE  
PESSOAL, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Alex Sandro Lial Sertão

SECRETARIA DAS SESSÕES

Ana Teresa Ribeiro da Silveira

**ELABORAÇÃO**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – APGE



## **APRESENTAÇÃO**

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao 3º trimestre de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidos no Plano Estratégico institucional 2016-2019, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro - ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe APGE a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheiro Luciano Nunes Santos  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí



## SUMÁRIO

<b>1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ .....</b>	<b>06</b>
1.1. Competência e Jurisdição .....	06
1.2. Identidade Organizacional .....	07
<b>2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO.....</b>	<b>09</b>
<b>3. ÓRGÃOS COLEGIADOS .....</b>	<b>20</b>
<b>4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS .....</b>	<b>23</b>
<b>5. PRESIDÊNCIA.....</b>	<b>24</b>
5.1. Planejamento Estratégico .....	24
5.2. Informações Estratégicas.....	25
5.3. Comunicação Institucional .....	25
<b>6. CORREGEDORIA.....</b>	<b>27</b>
<b>7. CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>28</b>
<b>8. OUVIDORIA .....</b>	<b>29</b>
<b>9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO .....</b>	<b>30</b>
9.1. Controle no âmbito Estadual.....	30
9.2. Controle no âmbito Municipal.....	32
9.3. Fiscalização em Obras Públicas .....	34
9.4. Atos de Pessoal para fins de registro .....	38
<b>10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>11. CONTROLE PROCESSUAL .....</b>	<b>40</b>
<b>12. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....</b>	<b>41</b>
12.1. Resultado Orçamentário e Financeiro .....	41
12.2. Gestão de Pessoas.....	44
12.3. Gestão Patrimonial e de Serviços.....	47
12.4. Gestão de Licitações .....	50
12.5. Gestão de Contratos .....	59
<b>13. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO .....</b>	<b>65</b>

## 1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



### 1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o



cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

## 1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores.

- **MISSÃO:**

Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

- **VISÃO:**

Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

- **VALORES:**

**Compromisso:** estar comprometido com a identidade organizacional (negócio, missão, visão e valores);

**Ética:** agir de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**Celeridade:** atuar com agilidade na execução dos atos de controle externo;



**Transparência:** agir com clareza e dar publicidade aos atos de controle externo;

**Qualidade:** garantir a eficiência e a eficácia do controle externo;

**Modernidade:** adotar métodos, técnicas e tecnologias modernos;

**Efetividade:** Atingir os resultados propostos e solucionar os problemas existentes, com eficácia e eficiência, mediante ações, projetos e planos desenvolvidos para essa finalidade.



## 2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

Além do realizado em cada setor, alocado em campos específicos deste relatório, destacam-se, a seguir, outras ações desta Corte no período de abrangência deste relatório:

Dando sequência à implementação, pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, dos questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM-PI, uma iniciativa do IRB – Instituto Rui Barbosa, a serem preenchidos por todos os municípios piauienses e cujo prazo, a princípio, encerrava-se em 15 de julho do corrente ano, o Plenário desta Corte, em decisão unânime, determinou a prorrogação do mesmo para 31 de julho, tendo em vista que a não informação dos dados poderia prejudicar sobremaneira a consolidação de um índice nacional que medirá a qualidade dos gastos municipais e avaliará as políticas públicas da gestão, a partir da avaliação de indicadores nas áreas de saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção das cidades, sustentabilidade ambiental e governança de tecnologia da informação. Por meio desses dados, os gestores poderão orientar suas ações para melhorar os resultados dos projetos e políticas públicas, gerando resultados concretos para a coletividade.

Ainda no mês de julho, a Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM comunicou aos jurisdicionados a existência de falha na implementação de uma das regras do SAGRES Contábil (regra 7.15.2 - a dotação orçamentária informada no cadastro do empenho deverá constar e ser em valor igual ou inferior ao da dotação informada na conta 6.2.2.1.1.00.00 - Crédito Disponível), alertando que, para não gerar maiores prejuízos ao jurisdicionado, iria rejeitar, em 11/07/2016, todas as prestações de contas recebidas do exercício de 2016 que apresentarem esta falha, para que sejam corrigidas e enviadas novamente ao Tribunal de Contas, antes do envio da prestação de contas do mês de maio/2016.

Audidores de controle externo do TCE-PI integraram a Operação Déspota, desencadeada em 14 de julho pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), vinculado ao Ministério Público Estadual, com apoio do TCE-PI, da Polícia Rodoviária Federal, Controladoria Geral da União, Polícia Civil e



Polícia Militar do Piauí, nas cidades de Teresina, Redenção do Gurguéia, Morro Cabeça no Tempo, Bom Jesus e Avelino Lopes. Foram expedidas 30 ordens judiciais, com dezesseis mandados de prisão, onze de busca e apreensão e três de condução coercitiva e que resultaram na prisão de um prefeito e de mais 15 pessoas, entre secretários municipais, empresários, advogados e um vereador, acusados de envolvimento em um esquema de desvio de recursos públicos por meio de fraudes em licitações, com superfaturamento de preços, uso de notas fiscais frias e de “empresas de fachada” e lavagem de dinheiro. Em entrevista coletiva após a operação, na qual foram detalhados os procedimentos de investigação que levaram às prisões, os órgãos de controle e fiscalização parceiros reafirmaram o compromisso de combate à corrupção na gestão pública.

A partir de iniciativa do Grupo de Atuação Especial do Controle Externo da Atividade Policial (Gacep), no dia 25 do mês de julho, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Conselheiro Luciano Nunes, juntamente com o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC-PI), Plínio Valente, participaram de reunião no Ministério Público Estadual para discutir a aplicação de recursos públicos e investimentos na segurança pública do Estado. O objetivo é realizar um diagnóstico preliminar dos gastos e dos investimentos nos órgãos integrantes das polícias Civil e Militar. O Tribunal de Contas e o Ministério Público deverão atuar no acompanhamento da execução orçamentária, através de um termo de cooperação técnica de fiscalização de gastos. O TCE-PI, através da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE), apresentou relatórios com valores aproximados do orçamento destinado à segurança pública dos últimos três anos.

Com a participação de mais de 160 pessoas, inclusive representantes deste Tribunal, realizou-se na Escola de Contas desta Corte, também no dia 25 de julho, o primeiro encontro da Rede de Planejadores do Estado do Piauí – RedePlan, para discutir uma nova forma de gestão do planejamento estadual. Fundamentada no Decreto nº 15.665, de 13 de junho de 2014, que instituiu o Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (Sipma), a RedePlan tem como objetivo fortalecer o sistema de planejamento do Estado do Piauí, de modo a aproximar o máximo possível a execução das ações ao que foi planejado, e terá encontros



regulares para capacitações e oficinas preparatórias para o orçamento 2017, estimulando um processo contínuo de monitoramento do planejamento do Governo.

Também no mês de julho, a Conselheira Lílian Martins participou, juntamente com Conselheiros, Auditores e técnicos de Cortes de Contas de todo o Brasil, dos debates promovidos como parte das atividades do Seminário Nacional de Controle Externo de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no auditório nobre do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). O evento foi idealizado com apoio logístico da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) e teve como objetivo central debater aspectos e questões voltadas à administração dos RPPS's, tendo sido transmitido ao vivo pela Internet por meio da TVTCE e diretamente pela rede interna para todas as 20 (vinte) Unidades Regionais do TCE no Estado.

Em 28 de julho foi publicado o resultado da pesquisa realizada pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), para medir o conhecimento e a avaliação da população brasileira sobre os Tribunais de Contas. Resultou-se que o trabalho dos Tribunais de Contas é visto pela sociedade como decisivo no combate à corrupção e à ineficiência dos gastos públicos, segundo opinião de cerca de 90% dos entrevistados que conhecem a instituição. Foram entrevistadas 2.002 pessoas, entre os dias 24 e 27 de junho de 2016, com margem de erro de 2% para mais ou para menos.

Dando continuidade à sua política de capacitação, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) realizou, nos dias 28 e 29 de julho, em Uruçuí, o XXXI Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante. O evento foi realizado pela Escola de Gestão e Controle (EGC) do TCE-PI, compreendendo um conjunto de palestras e minicursos que objetivam qualificar gestores públicos e formar cidadãos e representantes da sociedade civil para o controle social da administração pública e o exercício pleno da cidadania. Para tanto, contou com a presença do presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes, dos Conselheiros Olavo Rebelo e Lílian Martins, de servidores e técnicos do Tribunal, além de prefeitos, secretários municipais e vereadores, técnicos de prefeituras, dirigentes sindicais e representantes de conselhos comunitários.



Em 02 de agosto, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) recebeu a visita do Controlador-Geral do Estado, Nuno Bernardes, para discutir parcerias na implantação de medidas de controle interno e externo nos órgãos da administração pública estadual, inclusive apoio do TCE-PI para a implantação de manuais operacionais elaborados pela Corregedoria Geral do Estado. A reunião contou ainda com a participação da Diretora da DFAE (Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual), Maria Valéria Santos Leal, do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC-PI), Plínio Valente, e do gerente de Controle Interno da CGE, Márcio Rodrigo Souza.

Os citados manuais foram desenvolvidos a partir do mapeamento dos principais problemas, falhas e irregularidades cometidas pelos órgãos do Estado, com dados fornecidos pelo TCE-PI e com base nas prestações de contas dos órgãos estaduais, a fim de padronizar procedimentos nas secretarias e órgãos do Estado nas áreas de convênios, licitações e contratos, locação de veículos e de combustíveis, contratação de pessoal e locação de mão-de-obra. O objetivo primordial tem, portanto, foco na prevenção e na redução do risco de irregularidades nas licitações, contratações, pagamentos de serviços e outros procedimentos.

O Governador Wellington Dias lançou, em 03 de agosto, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (PDES - 2050), elaborado pela Diagonal, empresa de consultoria e projetos de São Paulo, e que define as ações, as metas e os objetivos da gestão estadual para promover o desenvolvimento do Estado até o ano 2050. O evento, organizado pelo Governo do Estado, reuniu secretários e dirigentes de órgãos da administração estadual, parlamentares e representantes de entidades da indústria e do comércio, ali incluídos o Presidente e o Vice-Presidente do TCE/PI, respectivamente Conselheiros Luciano Nunes e Olavo Rebelo, assim como a Vice-Governadora Margarete Coelho. Além de servir de palco para a apresentação do Plano de Desenvolvimento, o TCE-PI também cedeu espaço, na ocasião, para a primeira reunião dos dirigentes e técnicos da Fundação Cepro (Centro de Pesquisas Sócio-Econômicas do Estado) e das secretarias e órgãos envolvidos na elaboração do documento, para a discussão das ações a curto prazo.



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) participou do 1º Feirão Habitacional do Servidor Público, programa que oferece descontos e facilidades na aquisição da casa própria por servidores do Estado e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e TCE. Entre as vantagens, está o desconto de 5% e o financiamento de até 90% do valor do imóvel pela Caixa Econômica Federal. O feirão foi realizado pelo Governo do Estado, em parceria com a Caixa e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Teresina (Sinduscon), tendo o convênio sido assinado no dia 5 de agosto em solenidade no Palácio de Karnak, com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esta Corte de Contas decidiu encaminhar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado todas as informações referentes às contas reprovadas de gestores e ex-gestores piauienses que pediram registro de candidatura nas eleições municipais deste ano. A finalidade é oferecer elementos para que o Ministério Público ingresse com ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores para tirá-los da disputa com base na Lei da Ficha Limpa, que veda a candidatura de políticos com condenações em colegiado. Entendimento neste sentido também foi discutido durante visita do conselheiro Kennedy Barros ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, em 17 de agosto do corrente ano.

Em 18 de agosto, os servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através do SER TCE, Programa de Saúde e Qualidade de Vida, foram brindados com uma palestra do Coordenador de Comunicação do Centro de Valorização da Vida (CVV), Eyder Mendes, que explicou o seu funcionamento e os principais fatores que podem desencadear ansiedade e estresse, alertando sobre a importância do cuidado com a saúde, sobretudo em face do número alarmante de casos de suicídios no país.

Ainda nesse mês, o presidente interino Michel Temer recebeu, em audiência no Palácio do Planalto, os presidentes de Tribunais de Contas e membros da diretoria da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) de todo o país, com a participação do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Conselheiro Luciano Nunes, e do Conselheiro-Substituto Jaylson Campelo. No encontro, articulado pela Atricon, os participantes manifestaram apoio



ao governo nas medidas de ajuste fiscal e defenderam o fortalecimento das instituições públicas que atuam na fiscalização e no controle externo e o diálogo com o Governo nas pautas de interesse da Nação.

No mesmo período, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Conselheiro Luciano Nunes, destacou a atuação da DFAE (Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual) e da DFAM (Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal) no acompanhamento e controle dos atos da gestão pública, por meio das auditorias e inspeções realizadas nos órgãos públicos, cujos relatórios fundamentam as análises e julgamentos das prestações de contas. Após visitas às respectivas diretorias, acompanhado do Conselheiro-Substituto Jaylson Campelo, destacou a significativa evolução da sua atuação, cumprimentando e parabenizando os diretores, auditores de controle externo e demais servidores. Ele ainda citou dados que mostram o aumento no número de órgãos e prefeituras fiscalizados e inspecionados, e destacou que esse crescimento reduz o estoque de processos e dá mais efetividade à Corte de Contas.

Em reunião realizada em 24 de agosto, com a participação do Presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes, o Controlador-Geral do Estado, Nuno Bernardes, diretores e técnicos, firmou-se parceria entre esta Corte e a Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE), no sentido de compartilhar o aplicativo Gestão Transparente, criado pelo Governo do Estado para receber informações, denúncias, críticas e sugestões da população sobre os serviços prestados pelos órgãos da administração pública estadual, para que as demandas dos cidadãos referentes a municípios também possam ser atendidas. Por meio do aplicativo, o cidadão pode ainda acompanhar as notícias do governo e consultar dados financeiros e administrativos extraídos do Portal da Transparência.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) realizou, no dia 30 de agosto, em seu auditório, solenidade especial em comemoração aos 117 anos de sua existência. A data foi marcada pela entrega da Medalha Colar do Mérito do TCE-PI a 15 personalidades e entidades, entre gestores públicos, autoridades do Executivo, Judiciário e Legislativo e jornalistas, como reconhecimento à sua contribuição ao Tribunal e ao fortalecimento da causa do controle externo, missão



principal deste TCE. Foram agraciados com a medalha Colar do Mérito os Conselheiros Sabino Paulo Alves Neto e José de Anchieta Moraes e Silva; os Desembargadores Hilo de Almeida Sousa, Joaquim Dias de Santana Filho, Nildomar Silveira e Raimundo Eufrásio Alves Filho, do Tribunal de Justiça do Piauí; a Secretária Estadual de Educação, Rejane Dias, o Deputado Estadual Robert Rios Magalhães, os jornalistas Joel Gomes e Bartolomeu Almeida, os auditores de controle externo Alex Sertão e Ricardo Almeida, do TCE-PI; o Promotor de Justiça Glécio Setúbal, a artista plástica Kalina Rameiro e o auditor fiscal Raimundo Neto de Carvalho.

O Direito Previdenciário foi importante tema de debate em três cursos realizados nos dias 25 e 26 de agosto na Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Os cursos são uma realização do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP, em parceria com o TCE, que atua no país inteiro para ampliar as discussões sobre a Previdência e para aperfeiçoar a legislação e normas do tema. A programação abrangeu os cursos Aposentadoria e Pensão do Servidor Público, ministrado pelo auditor de controle externo do TCE e Diretor da DFAP, Alex Sertão, Iniciação à Advocacia Previdenciária, apresentado pela advogada e Presidente do IBDP, Jane Wilhelm, e a IV Jornada de Estudos Previdenciários do Nordeste, com o juiz federal Adonias Ribeiro e Jane Wilhelm.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Conselheiro Luciano Nunes, recebeu, em 26 de agosto, a visita do superintendente do Banco do Brasil no Piauí, Pio Gomes de Oliveira, acompanhado do gerente-geral de Setor Público do BB, Célio Augusto Machado, e do gerente de Relacionamento da Agência Setor Público, Shelton Soares. Visando ao estreitamento das relações entre as duas instituições, o encontro possibilitou o debate sobre a atuação do Banco do Brasil no Estado do Piauí e do TCE-PI na fiscalização e controle externo dos órgãos da administração pública.

No intuito de fortalecer as instituições de controle nas investigações as investigações envolvendo desvio de dinheiro, pagamento de propina e outros crimes operacionalizados por meio de movimentações bancárias, auditores controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e membros dos diversos órgãos da Rede



de Controle, entre eles promotores de Justiça do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público Estadual, membros do Ministério Público Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Controladoria Geral da União e Polícias Civil e Militar, participaram, no período de 01 a 02 de setembro, na Escola de Controle e Gestão do TCE-PI, de curso sobre o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba), desenvolvido pela Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA), da Procuradoria Geral da República, ferramenta primordial na análise de informações e dados em operações de combate à corrupção e ao crime organizado.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) desenvolverá estudo para implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS), uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva a adoção de boas práticas na gestão pública, a fim de melhorar a eficácia dos serviços e otimizar o uso dos recursos, com economia e racionalização dos gastos. O assunto foi discutido durante visita do conselheiro do CNJ e presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, Norberto Campelo, ao presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes, em 02 de setembro, onde também participaram os Conselheiros-Substitutos Jaylson Campelo e Jackson Veras, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, o Diretor de Tecnologia da Informação, Ricardo Leão, e a Diretora Administrativa, Marta Coêlho. O referido Plano já está sendo implantado, com resultados surpreendentes, em todos os Tribunais de Justiça do país.

Em Sessão Plenária do dia 15 de setembro, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) determinou, seguindo proposta do Conselheiro-Substituto Jackson Veras, o bloqueio das contas de 19 prefeituras que não forneceram informações ao órgão sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) implantado nos municípios. Esta decisão faz parte das medidas adotadas pelo TCE-PI, em conjunto com o Ministério Público de Contas, para intensificar a fiscalização nos municípios piauienses que implantaram o RPPS, num total de 64 dentre os 224 municípios.

Uma comissão especial, composta pelas conselheiras Lílian Martins e Waltânia Alvarenga e pelo procurador-geral do MPC, Plínio Valente, levantou uma série de





irregularidades nos municípios com RPPS. Dentre elas, destacaram-se o não repasse das contribuições recolhidas do servidor para o fundo previdenciário, que garantirá o pagamento das aposentadorias futuras desses servidores, assim como a não transferência para o fundo da contribuição patronal - ou seja, a parcela que cabe à própria prefeitura na composição do valor a ser recolhido.

Ainda em julho, o TCE-PI havia notificado os municípios para que apresentassem relatórios demonstrando os valores efetivamente recolhidos aos fundos previdenciários e os débitos existentes, referentes aos exercícios de 2013 a 2016, com prazo de 15 dias para o seu recebimento. Entretanto, até a data da decisão, 20 dos 64 municípios que têm regime previdenciário próprio ainda não tinham enviado as informações solicitadas, prejudicando o trabalho de fiscalização da comissão em relação ao RPPS.

Através da Escola de Gestão e Controle (EGC), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-PI) e com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), o TCE-PI realizou, no dia 21 de setembro, o Fórum Internacional de Gestão e Responsabilidade Fiscal, com a participação do mexicano Fermin Rodriguez Jaimes, uma autoridade internacional em gestão e responsabilidade fiscal, tendo ainda como palestrantes e debatedores os professores Delano Câmara, Conselheiro-Substituto do TCE-PI, Geysa Elane Sá e Nelson Juliano Cardoso Matos, da Universidade Federal do Piauí. Fechando o ciclo de debates sobre Gestão e Responsabilidade Fiscal, foi também apresentado um vídeo-aula do professor Fermin Rodriguez Jaimes, assim como o lançamento da Revista do TCE-PI, que trouxe artigos técnico-científicos de servidores da Casa, pesquisadores e colaboradores.

O objetivo do Fórum foi principalmente discutir a gestão pública a partir da conjuntura econômica nacional, que exige tomada de decisões que promovam o equilíbrio fiscal entre receitas e despesas na gestão pública, com ganhos de eficiência e maior eficácia aos serviços, também colocando em debate questões como o tamanho do Estado, intervenção na economia, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o impacto desses fatores no desenvolvimento da nação.



Estudantes do 8º período do curso de Direito do Instituto Camillo Filho estiveram na manhã do dia 22, no Tribunal de Contas do Estado para uma visita-técnica, atendendo à atividade extra-classe da disciplina de Direito Administrativo, ministrada pelo professor e procurador do MPC-PI, Pinheiro Júnior. Foram recepcionados na Escola de Gestão e Controle (EGC) pela vice-diretora Anete Marques e pelo Procurador do Ministério Público de Contas, José Araújo Pinheiro Júnior, onde assistiram a palestra do auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Helano Muller Guimarães, sobre atribuições, composição e funcionamento dos Tribunais de Contas, participando, em seguida, da Sessão Plenária, para acompanhar o julgamento de processos referentes à administração pública municipal e estadual, bem como a atuação dos Conselheiros do TCE-PI, do Procurador do Ministério Público de Contas e dos advogados presentes. Na ocasião, foram saudados pelo presidente em exercício do TCE-PI, Conselheiro Olavo Rebelo, que manifestou o desejo de que a atividade contribua para a formação acadêmica e profissional dos estudantes.

No dia 24 de setembro, como atividade integrante do Programa Saúde, Educação e Responsabilidade Social (SER TCE), realizou-se o I Passeio Ciclístico do TCE-PI, com percurso de 11 quilômetros em ruas da cidade, com o intuito de estimular a prática do ciclismo e outras atividades físicas, esportivas e de lazer dos servidores da instituição.

Como parte das ações da campanha “Setembro Amarelo”, que busca conscientizar sobre a prevenção ao suicídio, alertando a população sobre a realidade dessa temática no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção, e do programa SER TCE (Saúde, Educação e Responsabilidade Social), o Tribunal de Contas do Estado do Piauí promoveu aos seus servidores, na manhã do dia 26 de setembro, em seu auditório, a palestra “Suicídio: informando para prevenir”, ministrada pelas psicólogas Laryssa Pinheiro e Layone de Holanda, da ONG Centro Débora Mesquita (CDM).

Ainda integrando as festividades dos 117 anos do TCE-PI, comemorados oficialmente em 30 de agosto, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto, proferiu palestra, em 29 de setembro, no auditório desta



Corte, sobre o tema “Os Tribunais de Contas como Instrumento de Fortalecimento da Democracia Brasileira.” Na ocasião, o Ministro Ayres Britto também recebeu a medalha Colar do Mérito do TCE-PI, homenagem conferida pelo TCE-PI às autoridades e personalidades que contribuem para o desenvolvimento da Corte de Contas do Estado e à causa do controle externo, tendo sido entregue pelo Conselheiro Sabino Paulo, que propôs a honraria.

Na mesma data, o TCE-PI sediou reunião extraordinária da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) para tratar de temas como eleições 2016, a Lei da Ficha Limpa e os efeitos da decisão do STF transferindo para as Câmaras Municipais a atribuição de declarar a inelegibilidade de prefeitos e outros gestores ordenadores de despesas, além de ações e estratégias da entidade e dos Tribunais de Contas para o próximo ano. Compareceram ao evento o Presidente da Atricon, Valdecir Pascoal, Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), o Vice-Presidente da Atricon, Valter Albano, também Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), e os diretores Cláudio Terrão, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Gilberto Jales, Conselheiro-Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), e Severiano Costandrade, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO). Do Piauí, participaram o Presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes, os Conselheiros Olavo Rebelo, Lílian Martins, Kennedy Barros e Kléber Eulálio, o Conselheiro-Substituto Jaylson Campelo, membro da diretoria da Atricon, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, e o Procurador Márcio Vasconcelos.

Por fim, em 29 de setembro, o TCE-PI encaminhou ao TCE-SP, responsável pela consolidação nacional do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM-Brasil, os dados, informações e respectivos indicadores resultantes da aplicação, a partir de junho de 2016, dos sete questionários do IEGM aos municípios piauienses, relativos à avaliação do exercício de 2015. Somente 139 dos 224 informaram integralmente, representando 62,05% dos municípios.

### 3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Compete à Secretaria das Sessões – SS acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

- Decisões proferidas pelos colegiados

DOCUMENTOS EMITIDOS	TOTAL
Acórdão	539
Parecer	58
Resolução	3
Projeto sem Resolução	0
<b>TOTAL</b>	<b>600</b>

- Decisões proferidas por tipo de parecer

PARECER	TOTAL
Aprovação	0
Aprovação c/ Ressalvas	37
Reprovação	21
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>

- Processos julgados por órgão deliberativo

ÓRGÃOS	SESSÕES	PROCESSOS
Plenária	12	116
Primeira Câmara	12	72
Segunda Câmara	12	90
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>278</b>

- Processos julgados por tipo

PROCESSOS JULGADOS	TOTAL
Aposentadoria	14
Pensão	5
Admissão de Pessoal	11
Prestação de Contas	89
Atos de Retificação	1
Pedido de Reexame/Recurso/Embargo/Agravo Regimental/Pedido de Revisão	82
Outros	76
<b>TOTAL</b>	<b>278</b>

- Processos apreciados por Relator

RELATORES	PROCESSOS JULGADOS
Abelardo Vilanova	19
Kennedy Barros	17
Waltânia Alvarenga	29
Olavo Rebêlo	16
Lilian Martins	30
Kleber Eulálio	30
Jaylson Campelo	39
Delano Câmara	24
Jackson Veras	51
Alisson Araújo	20
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>
Sem Relator	3
<b>TOTAL</b>	<b>278</b>

- Decisões monocráticas

RELATORES	PROCESSOS APRECIADOS
Abelardo Vilanova	114
Kennedy Barros	157
Waltânia Alvarenga	120
Olavo Rebêlo	109
Lilian Martins	143
Kleber Eulálio	134
Jaylson Campelo	130
Delano Câmara	136
Jackson Veras	116
Alisson Araújo	118
<b>TOTAL</b>	<b>1277</b>

- Certidões solicitadas por jurisdicionados

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	TOTAL
Apreciação de Contas	892
Inativação	10
Trânsito em Julgado	7
Diversas	16
<b>TOTAL</b>	<b>925</b>



- Controle de multas

<b>ATIVIDADES DESEMPENHADAS</b>	<b>TOTAL</b>
Certidões expedidas	616
Parcelamento de dívidas	-
Montantes de multa enviados	82
Cancelamento ou transferência de multa	8
Boletos de multas enviados	841
Processos de cobrança de multa abertos	-
Processos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado	-
Processos enviados à Presidência para fazer decisão de encaminhamento para P.G.E.	-
<b>TOTAL</b>	<b>1547</b>



#### 4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADORES: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO (PROCURADOR-GERAL), JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR (SUBPROCURADOR-GERAL), RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA, LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO e MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO 30.09.16
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		Entr	Saíd	
1.0	TRAMITAÇÃO PROCESSOS/PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	
1.1	Benefício (Inativação e Pensão)	325	322	344	340	349	352	401	387	124	107	1.543	1.508	71
1.2	Admissão de Pessoal	07	11	08	09	07	05	07	07	04	04	33	36	06
1.3	Prest.Ctas.Prefeituras/Aut.Esp./Tom.Contas	28	32	27	11	25	22	29	27	22	23	131	115	90
1.4	Prest.Ctas.Órgãos/Aut.Esp./Tom.Contas	19	25	16	12	18	19	18	15	20	26	91	97	44
1.5	Denúncia/Representação	34	32	51	39	49	40	43	51	53	53	230	215	46
1.6	Recurso/Pedido Reexame/Pedido Revisão	35	42	14	15	30	27	60	60	28	24	167	168	17
1.7	Consulta	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00
1.8	Sol.Auditoria/Aud.Operacional/Contr./Convênio	01	02	00	00	00	01	00	03	02	06	03	12	02
1.9	Proc. Adm./Sindic./Resol./Solic./Inc.Processual	10	09	10	10	00	00	00	00	02	01	22	20	03
TOTAL (1.1 a 1.9)		460	476	470	436	478	466	558	550	255	244	2.221	2.172	279
2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC	RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		TOTAL		
2.1	Representação	10		44		49		16		28		147		
2.2	Recurso Interposto/Pedido de Revisão	-		-		-		02		-		02		
2.3	Memorando de Encaminhamento de Denúncias	-		-		-		-		-		-		
2.4	Reun.Instituc./Reun.Admin./Aud.Gestor/Evento	-		32		01		01		09		43		
2.5	Recomendação/Convênio/Ato de Cooperação	-		-		-		-		-		-		
2.6	Ofícios Enviados a Órgãos Externos	-		-		-		-		12		-		
2.7	Proposta de Alteração de Legislação	-		-		-		-		-		-		
2.8	Incidente de Inconstitucionalidade	-		01		-		-		-		01		
2.9	Prop. Adm/Prop. de Orient. Jurisprudencial	-		-		-		-		-		-		
2.10	Pedido de Inspeção	-		-		-		-		-		-		
TOTAL (2.1 a 2.10)		10		77		50		19		49		205		

## 5. PRESIDÊNCIA

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais documentos emitidos pela Presidência no período:

PRESIDÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Chefia de Gabinete da Presidência	Decisão Monocrática	04
	Portaria	04
	Despacho	649
Comunicação, Relações Públicas e Cerimonial	Despacho	09
Consultoria Técnica	Informação	25
	Despacho	35
	Parecer	41
Secretaria da Presidência	Memorando	04
	Portaria	148
	Ofício	279
	Despacho	437
<b>TOTAL</b>		<b>1635</b>

### 5.1. Planejamento Estratégico

Compete à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – APGE coordenar e fomentar o Planejamento Estratégico do Tribunal, além de exercer atividades correlatas. Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pela APGE no trimestre:

ATIVIDADES
Gerenciamento da execução das ações do Plano Estratégico 2016-2019
Reunião de apresentação das metas apuradas no segundo trimestre de 2016
Reunião de apresentação das ações do PE apuradas no primeiro semestre de 2016
Continuação do projeto de Redesenho dos Processos do TCE-PI – área finalística: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Prestação de Contas
Elaboração do Relatório Trimestral de atividades do TCE/PI referente ao segundo trimestre de 2016
Acompanhamento das metas de todas as unidades do Tribunal
Acompanhamento mensal do estoque de processos de prestação de contas não julgados
Suporte contínuo através de atendimento a todas as unidades do Tribunal



## 5.2. Informações Estratégicas

O Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas – NUGEI tem a finalidade de exercer a atividade especializada de produzir conhecimentos que permitam às autoridades competentes, nos níveis estratégicos, tático e operacional, adotar decisões que resultem em aumento de efetividade das ações de controle externo e realizar ações que exijam a utilização de métodos e técnicas de investigação de ilícitos administrativos. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Relatórios e/ou outros meios de apoio ao controle externo	14
Relatórios em andamento	11
Auditorias/Inspeções/Diligências	5

Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES
Realização de treinamento aberto aos servidores do TCE/PI – Promoção da EGC
Realização de treinamento aberto aos servidores dos gabinetes e membros do TCE – cumprimento de Decisão Plenária
Participar, como palestrante, do evento XXXI Seminário de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em URUÇUI – Piauí / Portaria nº 495/16
Participação como monitor de treinamento dos conselheiros sociais de São João da Fronteira / São José do Divino Portaria nº 591/16
Participação em reunião sobre estratégias da REDE ESTADUAL DE CONTROLE elaboração de informações sobre o tema
Compartilhamento de informações ao MPE/PI
Compartilhamento de atividades com o GAECO-MPE/PI
Fornecimento de informações a outras Unidades do TCE/PI
Atendimento presencial a autoridades e cidadãos que procuraram a unidade, conforme registro em livro próprio

## 5.3. Comunicação Institucional

A Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado

pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à Assessoria de Comunicação Social a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- Jurisdicionados - informações de caráter técnico;
- Público Interno - dados e informações de caráter funcional;
- Público Externo - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Assessoria de Comunicação em números no período:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Releases	55
Postagens nas redes sociais	46
Criação de artes gráficas	69
Visualizações no site do TCE	458.185
Alcance das publicações nas redes sociais (pessoas)	75.189

O suporte aos eventos é uma tarefa importante da Assessoria de Comunicação, em agosto a ASCOM-TCE elaborou o convite, o certificado e fez a divulgação com a imprensa da solenidade de comemoração dos 117 anos da Corte de Contas.

Em setembro, a Assessoria confeccionou o convite, o banner e o certificado para a palestra do Ministro Ayres Britto que reuniu mais de 300 pessoas no auditório do TCE.

No 3º trimestre, a Assessoria produziu campanhas para a internet como a de Condutas Vedadas aos gestores no período que antecede a eleição e deu início a campanha de comunicação interna para difundir o Código de Ética dos Servidores entre os funcionários da instituição.



## **6. CORREGEDORIA**

A corregedoria do Tribunal de Contas do Piauí é órgão autônomo, com o dever de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e condutas de membros e servidores, bem como mediar conflitos. Compete ainda, avaliar e divulgar os resultados das atividades realizadas no âmbito desta Corte.

Durante o trimestre a Corregedoria Geral, como ente fiscalizador da atividade administrativa, realizou 07 (sete) notas de alertas a diferentes setores a fim de impulsionar processos parados há mais de 100 (cem) dias. Foram elaborados 08 (oito) ofícios e memorandos voltados para a área finalística, para dar continuidade a andamento das atividades da Corregedoria e 02 (duas) portarias, sendo uma para autorização de capacitação de servidores da comissão de processo administrativo disciplinar e outra para procedimento de correição ordinária. Foi também realizada a correição ordinária na Diretoria de Fiscalização de Engenharia e Serviços, 01(um) procedimento preliminar disciplinar, e o respectivo parecer de julgamento. Ainda elaborada a recomendação sobre a atualização dos assentamentos funcionais dos servidores administrativos desta Casa.



## 7. CONTROLE INTERNO

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

### ATIVIDADES

Atendimento às demandas da presidência e/ou diretoria administrativa – 17 pareceres

Auditorias Internas: levantamento da regularidade licitatória e execução do contrato nº 02/2016 – TCE/PI, em aproximadamente 80% concluído



## 8. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um órgão estratégico que serve de instrumento para o aprimoramento institucional, cabendo-lhe, além das competências regimentais e atos ordenados pela Presidência, em especial: receber comunicações de irregularidades; formalizar, *ex officio*, denúncias de notícias de irregularidades que possuam material probatório; responder pedidos de informações de ações executadas por este Tribunal; encaminhar sugestões, críticas e elogios aos setores demandados; promover a mediação de ações entre o jurisdicionado e os órgãos demandados; promover ações interna de aprimoramento, visando melhor desempenhos das atividades institucionais do Tribunal, dentre outras atividades correlatas.

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais procedimentos realizados no período:

ESPECIFICAÇÃO	NO TRIMESTRE	ATÉ O ANO
Encaminhar demandas ao setor competente	37	238
Responder demandas de pronto atendimento	43	61
Elaborar documentos técnicos/pareceres de baixa complexidade	07	64
Elaborar documentos técnicos/pareceres de média complexidade	0	08
Elaborar documentos técnicos/pareceres de alta complexidade	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>371</b>



## 9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

### 9.1. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
01	Inspeções/Auditorias realizadas	-	05	12	04	-	05	26
02	Relatórios emitidos de Auditorias	-	16	29	08	-	05	58
03	Relatórios emitidos de solicitação de informações	-	-	06	01	01	15	23
04	Relatórios emitidos de denúncias	-	-	-	-	06	06	12
05	Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial	-	01	-	-	02	-	03
06	Relatórios emitidos de Contraditórios de Tomada de Contas Especial	-	-	-	-	04	-	04
07	Retornos de processos	-	02	-	-	-	-	02
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	-	-	02	-	02



09	Relatórios emitidos de Representação	-	-	-	-	02	-	<b>02</b>
10	Relatórios emitidos de contraditórios	-	-	-	-	20	04	<b>24</b>
11	Ofícios respondidos	-	-	-	01	-	-	<b>01</b>
12	Outras atividades desenvolvidas	<p>1. Atendimento a diversos técnicos de vários órgãos Estaduais;</p> <p>2. Esclarecimentos de dúvidas aos jurisdicionados estaduais, pelo telefone e por email;</p> <p>3. Participações de Reuniões da Rede de Controle, Comitê de Gestores, comitê de TI;</p> <p>4. Participação em Audiência Pública no MPE;</p> <p>6. Planejamento das atividades para o exercício de 2016;</p>	<p>1 Ajustes implantação do SERCA;</p> <p>2 Pesquisas em diários Oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>3 Consultas ao SIAFEN/infofolha/SISCON por solicitação de outros setores do TCE;</p>	<p>1. participação em Fórum Internacional representando o TCE/PI;</p> <p>2. participação em Audiência Pública no TJ;</p> <p>3. Atendimento aos jurisdicionados, em especial a SESAPI quanto ao acompanhamento das prestações de contas dos hospitais E Coordenações do interior.</p>	<p>1. Pesquisas em diários oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>2. Consulta ao Infolha por solicitações de outros setores deste TCE.</p> <p>3. Resposta a Notas de alerta;</p>	<p>1 Levantamento do excesso de arrecadação nos Diários Oficiais do Estado;</p> <p>2. Acompanhamento da legislação estadual publicada nos Diários Oficiais do Estado no segundo trimestre de 2016;</p> <p>3. Esclarecimento de dúvidas aos jurisdicionados estaduais;</p> <p>4. Análise do Balanço Geral do Estado;</p> <p>5. Acompanhamento dos demonstrativos da LRF.</p>	<p>1. Pesquisas em Diários Oficiais sobre licitações, contratos, acompanhamento de despesas, suplementações/anulações orçamentária;</p> <p>2. Solicitações diversas de escaneamento de documentos comprobatório dos achados e respectivas conferências.</p> <p>3. Controle de processos (conferência e organização de documento digitalizados ou sua numeração em relatórios e processos em geral).</p> <p>4. Participação em cursos por parte dos servidores veteranos e os que ingressaram nos quadros do TCE no último ano.</p> <p>5. Diligências externas para instrução de procedimentos de inspeção e denúncia</p>	



## 9.2. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DAFM IV	DFAM V	DFAM VI	DFAM VII	TOTAL
01	Prestações de contas em andamento ou finalizadas	-	04	-	05	48	07	03	06	73
02	Inspeções/Auditorias em andamento ou finalizadas	-	14	-	-	19	09	01	-	43
03	Relatórios de prestações de contas	-	05	-	13	03	04	06	04	35
04	Relatório de contraditório	-	09	91	01	-	-	-	-	101
05	Relatórios de denúncias/representações	-	09	-	-	-	-	08	03	20
06	Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial	-	02	01	-	-	-	02	-	05
07	Relatórios emitidos de recursos/pedidos de revisão	-	-	16	02	-	01	-	-	19
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	-	01	-	-	-	-	01
09	Relatórios de Auditorias/ Inspeções	-	01	-	02	-	-	-	-	03
10	Relatórios de consultas	-	-	01	-	-	-	-	-	01
11	Relatórios de acompanhamento de licitações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Análise de processos licitatórios	-	05	-	-	-	48	-	-	53
13	Ofícios respondidos	26	12	-	01	08	04	24	-	75
14	Certidões emitidas	40	02	-	01	-	01	03	-	47





15	Processos desentranhados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	Diligências – Concomitante de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	Inspeção <i>in Loco</i> – Concomitante de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	Análise do Contraditório de processos de Denúncias/Inspeção/Retorno	-	-	08	-	-	-	-	-	<b>08</b>
19	Relatórios Complementares	-	-	-	-	-	-	02	-	<b>02</b>
20	Análise concomitante (quantidade de municípios monitorados)	-	41	-	41	54	41	41	42	<b>260</b>
21	Relatório do contraditório – Concomitante de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Emissão de alertas – Concomitante de Fiscalização	-	-	-	02	-	-	-	-	<b>02</b>

**Obs.: 1)** Análise concomitante incluiu as seguintes atividades:

- Monitoramento das publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios;
- Monitoramento das movimentações bancárias nos sistemas do Banco do Brasil;
- Monitoramento da documentação enviada via sistema Documentação Web (homologar/rejeitar/comunicar);
- Monitoramento dos avisos de licitações no sistema Licitações Web.

**2)** Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria e Divisões Técnicas: Atendimento ao público, tramitação de processo no sistema de protocolo, instrução processual, assessoramento aos sistemas eletrônicos (SAGRES, Licitações Web e Documentações Web), elaboração de Manual de Procedimentos, treinamento para realização de monitoramento.

### 9.3. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

- Relatórios finalizados:

PROCESSO	ENTE PÚBLICO INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	ANO
TC/012080/2015	SETRANS	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	2013/2015
TC/015332/2015	SETRANS	DENUNCIA (Procedência: Dep. Robert Rios)	2015
TC/014289/2015	FUESPI	CONTRADITÓRIO	2015
TC/02826/2013	PAJEÚ DO PIAUÍ	DENÚNCIA	2014
TC/018524/2015	ESPERANTINA	CONTRADITÓRIO	2014
TC/006674/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 5 (Milton Brandão a Juazeiro)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/011703/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 9 (Piripiri a Batalha) e PARTE II - Obra 18 (Piripiri: PI-110 à PI-111)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006752/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 4 (Hugo Napoleão a São Gonçalo)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013049/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 8 (Campo Maior)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/015009/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 9 (Palmeiras a São Pedro)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013922/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 12 (Sto Antº dos Milagres/Jardim do Mulato)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/011650/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 13 (Campo Maior / José de Freitas)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/014504/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 14 (Jaicós)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013050/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 15 (Sigefredo Pacheco)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006941/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 16 (São Pedro)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/012820/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 19 (Domingos Mourão)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/012823/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 20 (Barras)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013923/2016	IDEPI – PARTE II – Obra 21 (São Gonçalo)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/015575/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 26 (Rio Grande)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014

PROCESSO	ENTE PÚBLICO INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	ANO
TC/012514/2016	SEMDUH / PMT (Limpeza Pública - Pedido de Liminar)	DENÚNCIA (elaborado informação, encaminhado ao Relator sugerindo citar o gestor - defesa preliminar)	2016
TC/012641/2016	SESAPI (RDC - obra hospitalar - Complexo Materno)	DENÚNCIA (Pedido de Medida Cautelar)	2016
TC/005450/2015	SETUR	INFORMAÇÃO (equivoco: a Decisão refere-se TCE da SETRANS)	2015
TC/002084/2015	TERESINA	CONTRADITÓRIO - DENÚNCIA (licitações SDU/Centro Norte e SEMTCAS)	2015
TC/003142/2015	TERESINA	CONTRADITÓRIO - DENÚNCIA (licitação SDU/Centro Norte)	2015
TC/003144/2015	TERESINA	CONTRADITÓRIO - DENÚNCIA (licitação SDU/Sudeste)	2015
TC/003146/2015	TERESINA	CONTRADITÓRIO - DENÚNCIA (licitação SDU/Sul)	2015
TC/012514/2016	SEMDUH / PMT (Limpeza Pública - Pedido de Liminar)	CONTRADITÓRIO - DENÚNCIA (Defesa preliminar)	2016
TC/004004/2016	FLORIANO	CONTRADITÓRIO	2014
TC/016743/2014	SEINFRA	REPRESENTAÇÃO (P.M. de São Miguel do Fidalgo)	2008
TC/002747/2013	CURRAIS	DENÚNCIA	2013

• Relatórios em andamento:

PROCESSO	ENTE PÚBLICO INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	ANO
TC/008255/2015	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	DENÚNCIA (CÓPIA)	2014
TC/007707/2015	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	DENÚNCIA	2013
TC/010980/2015	DETRAN (Pedro II)	DENÚNCIA	2015
TC/019547/2014	DIRCEU ARCOVERDE	DENÚNCIA	2013
TC/002431/2015	COLÔNIA DO GURGUÉIA	DENÚNCIA	2014
TC/001852/2015	PALMEIRA DO PIAUÍ	DENÚNCIA	2014
TC/004975/2016	DER	DENÚNCIA	2015
(*)	IDEPI - PARTE II - Obra 3 (Elesbão Veloso)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013921/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 5 (Nazaré do Piauí)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
(*)	IDEPI - PARTE II – Obra 22 (Arraial)	TCE (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/018986/2014	IDEPI – CGE Nº43/14 (São Gonçalo)	REPRESENTAÇÃO	2014
TC/021751/2015	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	REPRESENTAÇÃO (MPC-PI)	2015
TC/019108/2015	SETRANS	Ponte JK (Intervenção Ponte em Arco)	2015
(*)	SETRANS	CONCOMITANTE – Ponte JK	2016
TC/004600/2016	DER	DENÚNCIA	2013
TC/014781/2016	SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	DENÚNCIA	2014

PROCESSO	ENTE PÚBLICO INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	ANO
TC/005366/2016	SECID	CONTRADITÓRIO	2014
TC/020767/2014	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	DENÚNCIA (CGU)	2011
TC/018538/2015	BELÉM DO PIAUÍ	DENÚNCIA	2015
TC/013663/2016	SEINFRA	DENÚNCIA	2016
TC/005973/2016	SEMDUH /PMT (LP THE)	CONCOMITANTE – Decisão Plenária Nº 117/16	2016
TC/010678/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 6 (Monsenhor Gil e Miguel Leão)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006940/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 10 (Angical)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/010676/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 2 (Beneditinos e Prata)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006937/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 7 (São Félix)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006938/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 8 (Elesbão Veloso)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/005925/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 23 (Aroazes/Sta Cruz, via Serra Negra)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/005924/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 2 (São Miguel do Tapuio)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/005923/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 1 (Aroazes/Sta Cruz, via Cruzeiro)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/004236/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 24 (Capitão de Campos)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/004394/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 4 (Nazária)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/005920/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 25 (Morro do Chapéu - Joaquim Pires)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/011703/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 9 (Piripiri a Batalha) e PARTE II - Obra 18 (Piripiri: PI-110 à PI-111)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/004235/2016	IDEPI - PARTE I - Obra 1 (Beneditinos)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006941/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 16 (São Pedro)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013049/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 8 (Campo Maior)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/011650/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 13 (Campo Maior)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/013050/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 15 (Sigefredo Pacheco)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/012823/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 20 (Barras)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/006752/2016	IDEPI - PARTE II - Obra 4 (Hugo Napoleão e São Gonçalo)	CONTRADITÓRIO (relacionado ao Processo TC/020520/2014)	2014
TC/012641/2016	SESAPI (RDC – Obra Hospitalar - Complexo Materno)	CONTRADITÓRIO – DENÚNCIA (Pedido de Medida Cautelar)	2016

PROCESSO	ENTE PÚBLICO INTERESSADO	CLASSIFICAÇÃO	ANO
TC-E-007427/2011	AGESPISA- MANUTENÇÃO DE REDE	ANOP (Fase: Sumário Executivo)	2006/2014
TC-E-031529/2007	LIMPEZA PÚBLICA	AUDITORIA TEMÁTICA (Fase: Relatório Final)	2007/2014
(*)	OBRAS RODOVIÁRIAS (VICINAIS)	AUDITORIA TEMÁTICA (Fase: Relatório Final)	2013
TC-E-039541/2012	ACESSIBILIDADE	ANOP (Não iniciada)	2012/2014

(\*) Processos sem numeração - inspeção iniciativa da DFENG (programação anual). Concluindo os relatórios será feita autuação e enviado ao Relator do Exercício para ser analisado junto com a prestação de contas anual.

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES
1. Finalização eletrônica de documentos
2. Homologação do recebimento de documentos
3. Atendimento ao público externo
4. Fornecimento de informações a outras Unidades Técnicas do TCE
5. Apoio ao Desenvolvimento de Atividades para atualização do <i>ObrasWeb</i>
6. Participação de 04 (quatro) Auditores no XVII SINAOP - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas no período de 12 a 16 de setembro em São Paulo
7. Apoio ao Planejamento de obras a serem contratadas pelo TCE/PI
7.1 Acompanhamento do procedimento licitatório destinado a viabilizar a contratação da empresa que está elaborando os projetos de modernização das instalações físicas do Edifício Sede do TCE/PI
7.2 Acompanhamento da execução do contrato destinado a viabilizar a elaboração dos projetos de modernização das instalações físicas do Edifício Sede do TCE/PI
8. Acompanhamento do processo licitatório para aquisição de um laboratório móvel de ensaios de materiais utilizados em obras rodoviárias
9. Elaboração do Projeto Arquitetônico do Anexo III destinado a abrigar o Laboratório de Solos e a Seção de Manutenção da Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI

#### 9.4. Atos de Pessoal para fins de registro

Compete à Diretoria de Fiscalizações de Atos de Pessoal - DFAP, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, analisar, através da Divisão de Registro de Atos de Pessoal, a legalidade dos atos concessórios de aposentadorias; dos atos concessórios de pensões por morte; dos atos concessórios de transferências para a reserva remunerada; dos atos concessórios de reformas; dos atos de retificação; dos atos de cancelamento de aposentadorias; dos concursos públicos; dos atos de admissão de pessoal civil e militar; das reversões realizadas pelos jurisdicionados; além de exercer outras atividades ordenadas pela Presidência.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo dos processos de concessão de:

- a) Aposentadorias;
- b) Pensões;
- c) Transferências para reserva remunerada;
- d) Reformas;
- e) Atos de retificação;
- f) Admissão de pessoal.

DFAP	SAÍDA JUL	SAÍDA AGO	SAÍDA SET
Estoque - Benefícios	82	26	88
Tempestivo - Benefícios	174	84	132
Concomitante - Benefícios	354	224	190
Diligência - Benefícios	97	2	57
Estoque - Admissões	0	0	0
Tempestivo - Admissões	0	0	0
Concomitante - Admissões	4	2	0
Contraditório - Admissões	7	13	9



## 10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

ATIVIDADES
Manutenção do sagres folha 2015 e sagres contábil 2015
Ajustes do sistema de AR digital já implantado
Continuação do projeto da nova versão do sistema RHWeb
Continuação do desenvolvimento do novo sistema de Documentação WEB
Continuação do desenvolvimento do novo sistema de licitações WEB
Início do desenvolvimento do sistema de coleta de publicações do diário oficial do TCE em parceria com a Universidade Estadual do Piauí
Manutenção evolutiva e corretiva do sistema de geração de relatórios da DFAE (SERCA)
Instalação em ambiente de testes da nova versão do sistema de processo eletrônico que deverá substituir a versão atual em Dezembro
Continuação de reformulação do novo site desta corte
Manutenção do portal de divulgação de dados dos jurisdicionados
Elaboração de rotinas de apoio ao núcleo de inteligência
Suporte aos jurisdicionados na utilização do sistema de prestação de contas eletrônico, controle de licitações, documentação WEB e cadastro de gestores
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas internos: Licitações, Sagres, Documentação, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Pagamentos, PCE, Serca, Orçamentos, Protocolo, Almoxarifado, Portal na NET, Patrimônio, Biblioteca e Auditoria na Folha de Pagamentos do Executivo Estadual e subsistema de controle de multas, bem como, da rede instalada e do servidor de internet (LINUX)
Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE-PI
Suporte aos usuários internos

## 11. CONTROLE PROCESSUAL

A Diretoria Processual – DP é o órgão coordenador e supervisor das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal, além de outras atribuições. Durante o segundo trimestre foram recebidos e digitalizados **2.436** documentos/processos, conforme estatística de documentos protocolados elencados na tabela a seguir:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Consultas	2
Denúncia	55
Inspeção/ Inspeção Extraordinária	14
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	468
Representação	159
Pedido de Revisão	14
Recurso de Reconsideração	75
Agravo	11
Pedido de Reexame	1
Embargos de Declaração	7
Requerimentos Administrativos	1537
Achados da DFAE e DFAM	93
<b>TOTAL</b>	<b>2.436</b>

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES
1. Atualização do cadastro de gestores municipais do exercício de 2016
2. Atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos
3. Emissão de <b>3.053</b> postagens solicitadas por diversos setores do TCE/PI
4. Realização de <b>1.028</b> ofícios de citação/notificação
5. Emissão de <b>576</b> certidões
6. Digitalização de documentos oriundos de unidades técnicas do TCE/PI
7. Apoio a outras unidades do TCE/PI nas atividades relacionadas ao processo eletrônico
8. Portal do jurisdicionado em fase de teste nesta Diretoria
9. Apoio à Diretoria de Informática nas atualizações do Sistema e-TCE e na implementação do AR digital



## 12. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Diretoria Administrativa tem a seu cargo o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades de administração orçamentária, financeira, de pessoal, patrimônio e de serviços gerais, além de outras decorrentes da natureza do órgão ou determinadas pelo Presidente.

### 12.1. Resultado Orçamentário e Financeiro

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Emissão de Notas de Empenho	499
Realização de Reservas Orçamentárias	57
<b>TOTAL</b>	<b>556</b>

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	54.686.318,31
II - Suplementação de Dotação	4.000.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	58.686.318,31
IV - Despesa Empenhada	23.498.079,55
V - Saldo dos Créditos Disponíveis	35.188.238,76
VI - Despesa Liquidada	24.735.072,08
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	2.280.072,40

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO	R\$
<b>INGRESSOS</b>	
<b>Saldo Anterior</b>	<b>5.240.508,83</b>
Receita Orçamentária	26.635.241,76
Recebimentos Extra-Orçamentários	178.203,16
<b>TOTAL</b>	<b>32.053.953,75</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>	
Despesas Orçamentárias	23.667.509,65
Pagamentos Extra-Orçamentários	234.073,27
<b>Saldo Disponível</b>	<b>8.152.370,83</b>
<b>TOTAL</b>	<b>32.053.953,75</b>

- Atividades executadas pela Seção de Finanças

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Emissão de Nota de Lançamento – NL	987
Realização de Programação de Desembolso – PD	659
Emissão de Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	659
Emissão de Guia de Recebimento	048
Emissão de Relação Externa – RE para o BB	127
Realização de pagamento de Restos a Pagar	008
<b>TOTAL</b>	<b>2.488</b>
Números de processos recebidos	650
Números de processos pagos	666

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	R\$	
	Anterior	Atual
<b>Saldo Do Trimestre</b>		
BANCO DO BRASIL / CONVÊNIO C/C 9303-3	1.984.520,25	2.050.528,65
BANCO DO BRASIL C/C 82530-1	2.836.930,67	5.672.719,45
BANCO DO BRASIL / F M T C - 2 C/C 114.565-7	4.184.731,74	4.113.920,05
BANCO DO BRASIL / CONV. SEFAZ C/C 9484-6	419.057,91	429.122,73
BANCO DO BRASIL/CONV/GOV. PI C/C 9602-4	0,00	0,00
BANCO DO BRASIL/CONV/GOV. PI C/C 9712-8	0,00	0,00
BANCO DO BRASIL/FMTC C/C 9850-7	1.291.813,90	884.014,83
BANCO DO BRASIL/FMTC C/C 9851-5	1.291.813,90	1.148.488,07
<b>TOTAL</b>	<b>12.008.868,37</b>	<b>14.298.793,78</b>

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados TCE	328
Conformidade diária – processos analisados FMTC	178
Suprimentos de Fundo – processos analisados	14
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (web)	06
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (controle interno)	06
Relatório de Gestão Fiscal 2º quadrimestre encaminhado TCE	01
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	200
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>733</b>



## FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FMTC

No tocante ao fundo de modernização do Tribunal de Contas – FMTC, criado pela Lei nº 4.768/95, verificou-se durante o trimestre a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		R\$
<b>A</b>	<b>Saldo Anterior – C/C. 114.565-7</b>	<b>6.768.359,54</b>
<b>B</b>	<b>Ingressos</b>	<b>496.233,27</b>
	Rendimentos de aplicações financeiras	185.825,24
	Multas aplicadas	260.180,29
	Prestação de serviços (xerox, certidões, etc).	5.126,46
	Recebimentos Extra-Orçamentários	45.101,28
<b>C</b>	<b>Dispêndios</b>	<b>1.118.169,86</b>
	Despesa Orçamentária	1.008.202,49
	Pagamentos Extra-Orçamentários	109.967,37
<b>SALDO ATUAL (A+B-C)</b>		<b>6.146.422,95</b>

## 12.2. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

- Registros de Atos de Pessoal

<b>ATOS/PORTARIAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Nomeações para cargos em comissão	9
Nomeações para cargos efetivos	0
Exonerações de cargos em comissão	7
Exonerações de cargos efetivos	0
Dispensas de cargo em comissão	3
Designações para cargo em comissão	3
Concessões de aposentadoria	0
Licenças prêmios concedidas	6
Licenças para capacitação	7
<b>AFASTAMENTOS DE SERVIDORES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Licenças (Médicas, Eleitoral, Nojo, Paternidade)	30
Licenças maternidade	0
<b>UTILIZAÇÃO DE RECESSO NATALINO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Conselheiros	0
Conselheiros substitutos	0
Procuradores do MPC	0
Servidores	4
<b>FÉRIAS CONCEDIDAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Conselheiros	6
Conselheiros substitutos	2
Procuradores do MPC	4
Servidores	379
<b>SUSPENSÕES DE FÉRIAS CONCEDIDAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Conselheiros	3
Conselheiros substitutos	0
Procuradores do MPC	0

Servidores	60
<b>ABONOS DE PERMANÊNCIA CONCEDIDOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Conselheiros	0
Conselheiros substitutos	0
Procuradores do MPC	0
Servidores	3
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>

- Outras atividades desenvolvidas:

ATENDIMENTOS DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Informações	156
Portarias	397
Certidões	17
Memorandos	32
Declarações	32
Ofícios	105
Cartão Magnético de Ponto	13
Licenças Médicas	219
Despachos DGP	192
Despachos Recebidos	43
Mapa de tempo de serviço	05
<b>TOTAL</b>	<b>1.211</b>

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de Atos Clínicos realizados no período:

- Atividades executadas pela Seção de Serviços Integrados de Saúde

SERVIÇO AMBULATORIAL	QUANTIDADE
Verificação de pressão arterial	24
Dispensação de medicamentos	92
Curativo	02
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>
Pacientes Atendidos	118
SERVIÇO MÉDICO	QUANTIDADE
Consultas	116
Atestado médico	38
Renovação de Receitas	66
Verificação de pressão arterial	05
Exame Admissional	35
Solicitação de exames	04
Encaminhamentos	00
Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	00

Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
Outros	64
<b>TOTAL</b>	<b>331</b>
Pacientes Atendidos	271
Homologação Atestado Médico de Servidores	246
<b>SERVIÇO ODONTOLÓGICO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Restauração	212
Profilaxia	92
Exodontia	02
Aplicação de Flúor	00
Semiologia	03
RX	23
Tartarectomia	05
Outros	14
Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	06
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	06
<b>TOTAL</b>	<b>363</b>
Pacientes Atendidos	264
<b>SERVIÇO FISIOTERAPÊUTICO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Prevenção	27
Tratamento	359
Tens	340
Ultrassom	289
EPI	00
Forno de Beer	14
Bandagem	55
Ondas Curtas	21
Terapia Manual	74
Fisioterapia Respiratória	01
Outros	257
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
<b>TOTAL</b>	<b>1.440</b>
Pacientes Atendidos	<b>659</b>
<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Emissão de parecer	246
Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	12
Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	03
Comunicação Interna	14
Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	05
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
<b>TOTAL</b>	<b>283</b>

### 12.3. Gestão Patrimonial e de Serviços

Compete à Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais – DPSG as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Almoxarifado

<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Requisições de Material (RM) atendidas	1.176
Requisições de Material (RM) canceladas	23
Suprimentos de Fundo Finalizados	01
Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	15
Notas fiscais recebidas com Material Permanente	01
<b>TOTAL</b>	<b>1.216</b>
Valor total das Notas Fiscais (R\$)	392.045,67

- Atividades executadas pela Seção de Transportes

<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>R\$</b>
Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	9.152,08
Aquisição de peças e serviços	-
Renovação de Documento de Veículos	-
Renovação Apólices Seguro Veículos	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.152,08</b>
<b>ATIVIDADES GERENCIAIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Rotas em Teresina e Região Metropolitana	145
Rotas Intermunicipais	31
Municípios Visitados	68
Quilômetros Rodados	34.978
Suprimentos de Fundo Finalizados	06

- Atividades executadas pela Seção de Manutenção

<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Contratos fiscalizados	06
Suprimentos de Fundo finalizados	04
Serviços Prestados	339
Atestos Efetuados	45
<b>TOTAL</b>	<b>394</b>
Serviços Solicitados	1.217
<b>SERVIÇOS GRÁFICOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Fotocópias	41.356
Encadernações	-

- Atividades executadas pela Seção de Controle de Patrimônio

<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Atendimento Interno de Transferências de Bens	168
Emissão de Termo de Responsabilidade	23
Controle de Documentos/Processos no e-TCE	06
Rotinas patrimoniais (aquisição)	09
Rotinas patrimoniais (Desfazimento)	-
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>
<b>EMISSION DE TOMBAMENTO – BENS NOVOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Bens Móveis Mobiliários	06
Equipamentos De Informática	03
Bens De Escritório Duráveis	-
Equipamentos	-
Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
<b>TOTAL</b>	<b>09</b>
<b>BAIXA DE BENS - BENS PARA DOAÇÃO/PERMUTA/CESSÃO/DESCARTE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Bens Móveis Mobiliários	-
Equipamentos De Informática	-
Bens De Escritório Duráveis	-
Equipamentos	-
Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
<b>TOTAL</b>	



- Atividades executadas pela Seção de Arquivo Geral

<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Atendimento de solicitações escritas	041
Correspondências Internas expedidas	-
Correspondências Internas recebidas	-
Atendimento com retorno à Presidência	016
Recebimento e controle de processos	193
Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios.	350
<b>TOTAL</b>	<b>600</b>
<b>PROCESSOS ENCAMINHADOS AOS ÓRGÃOS DE ORIGEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Recurso	-
Denúncia	-
Representação	-
Embargos/Agravo e Inspeção	-
Prestação de Contas Estaduais e Municipais	220
Tomada de Contas	-
Processos de Aposentadorias e Pensões	103
Processos de Admissão de Pessoal	023
Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>

- Atividades executadas pela Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED

<b>PROCESSOS DIGITALIZADOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Aposentadoria	01
Prestação de Contas Estadual	02
Prestação de Contas Municipal	-
Admissão de Pessoal	01
Representação	-
Parcelamento de Multa	34
Cobrança de multa	110
Auditoria Operacional (Promoex)	01
TCNs	16
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>
<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Portarias de Aposentadorias para Devolução ao Órgão de Origem	596
Controle Documentos/Processos no eTCE	165
<b>TOTAL</b>	<b>761</b>

#### 12.4. Gestão de Licitações

Compete à Divisão de Licitações (DLIC) coordenar e orientar a aquisição de bens e serviços, no âmbito da sede do Tribunal; analisar as especificações, os termos de referência, os projetos básico e executivo e as demais peças necessárias à definição do objeto a ser adquirido ou contratado; propor adequações e orientar, quando necessário, as unidades do Tribunal na elaboração dos documentos mencionados; elaborar os instrumentos convocatórios das licitações; dotar os procedimentos necessários à aprovação dos instrumentos convocatórios e à obtenção de autorização para a realização dos certames; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Processos licitatórios de inexigibilidade:

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTR	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLI. INEX.
TC-011271/16	12/16	Alura Comércio de Livros e Treinamentos Ltda-Epp. CNPJ: 21.686.294/0001-27	Renovação da assinatura de acesso a treinamento online	4.725,00	DOE-TCE Nº 122/16 30/06/16
TC-12194/16	13/16	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda	Solicitação de autorização de custeio de participação em curso de capacitação, que tratará acerca do tema de Finanças Públicas, que será realizado na cidade de Recife-PE, no período de 12 à 15 de julho.2016	2.890,00	DOE-TCE Nº 127/16 07/07/16
TC-012564/16	14/16	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda CNPJ: 35.963.479/0001-46	Inscrições e custas de participação, a 2 servidores deste TCE/PI, lotados na Divisão de Gestão de Pessoas para participação no curso: e-Social - Como Implantar na Administração Pública	4.580,00	DOE - TCE Nº 131/16 13/07/16
TC-012750/16	15/16	Instituto dos Auditores Internos do Brasil-IIA Brasil. CNPJ: 62.070.115/0001-00	Solicitação de custeio, incluindo a concessão de inscrição, diárias e passagens, para participação de evento realizado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil-IIA Brasil	2.490,00	DOE - TCE Nº 133/16 15/07/16
TC-012911/16	16/16	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda	Participação no curso: e-Social - Como Implantar na Administração Pública, promovido pela Escola de Administração e Treinamento - ESAFI	2.290,00	DOE-TCE Nº133/16 15/07/16
TC-013012/16	17/16	Casp Online Treinamentos Ltda. CNPJ 17.354.297/0001 96	Capacitação do corpo técnico deste Tribunal	2.850,00	DOE-TCE Nº135/16 19/07/16
TC-012472/16	18/16	Yanne Cursos Ltda. CNPJ 19.033.824/0001-96	Realização de curso de capacitação sobre Controle e Fiscalização dos Contratos de Gestão e Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias	45.000,00	DOE-TCE Nº141/16 27/07/16

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTR	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLI. INEX.
TC-013532/16	19/16	Ibrafisio Terapia Manual	Solicitação de custeio de Curso de Terapia Manual	500,00	DOE – TCE Nº143/16 29/07/16
TC-010849/16	20/16	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP CNPJ: 04716.733/0001-88	É a filiação desta Corte de Contas ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP	5.000,00	DOE – TCE Nº150/16 09/8/16
TC-013786/16	21/16	ONE Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda CNPJ 06.012.731/0001-33	Visando à contratação da empresa ONE Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda a fim de viabilizar a participação de cinco servidores deste Tribunal no Curso Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância e Inquérito.	9.400,00	DOE–TCE Nº 156/16 19/08/16
TC-014218/16	22/16	Francisco Jarismar de Freitas Araújo. CPF 427.264.763-68	Contratação de apresentação cultural para solenidade de entrega de medalhas por ocasião dos 117 anos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	800,00	DOE–TCE Nº 162/16 29/08/16
TC-014744/16	23/16	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP. CNPJ 04.716.733/0001-88	Participação de 04 (quatro) servidores no Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas. Tema central: "Obras Públicas: Planejamento e Fiscalização no Combate à Corrupção	3.160,00	DOE–TCE Nº 166/16 02/09/16
TC-014709/16	24/16	4linux Software e Comercio de Programas Ltda CNPJ 04.491.152/0001-95	Visando à inscrição de 4 (quatro) funcionários do setor de Segurança da Informação deste TCE/PI no Curso Zimbra Collaboration Suite.	4.000,00	DOE–TCE Nº 168/16 06/09/16
TC-014103/16	25/16	Comitê Nacional de Cerimonial Público – CNCP. CNPJ 00.312.312/0001-30	Participação de servidoras no XV Congresso internacional de cerimonial y protocolo e no XXI Congresso Nacional de Cerimonial Público, a ser realizado no período de 27 a 29 de outubro de 2016, em Manaus/AM	2.800,00	DOE–TCE Nº 166/16 02/09/16
TC-015403/16	26/16	ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida na Cidade de São Paulo/SP	Autorização para 2 servidoras participarem da II Jornada Nacional de Qualidade de Vida e Curso Prático de Prevenção da Incapacidade no Trabalho, realizado pela ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida na cidade de São Paulo/SP	2.200,00	DOE–TCE Nº 178/16 21/09/16
TC-015679/16	27/16	Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP	Solicitação de inscrição no XII Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário.	779,90	DOE–TCE Nº 179/16 22/09/16
TC-015091/16	28/16	Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO	Contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO para prestação de serviço especializado de tecnologia da informação referente à disponibilização do acesso à base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de consulta ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	6.000,00	DOE–TCE Nº 173/16 14/09/16

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTR	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLI. INEX.
TC-015753/16	29/16	Associação Brasileira de Qualidade de Vida na Cidade de São Paulo/SP CNPJ 01.045.397/0001-09	Autorização para 2 servidoras participarem da II Jornada Nacional de Qualidade de Vida e Curso Prático de Prevenção da Incapacidade no Trabalho, realizado pela ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida na cidade de São Paulo/SP	2.200,00	DOE-TCE Nº 178/16 21/09/16
TC-016292/16	30/16	Francisco Jarismar de Freitas Araújo CPF: 427.264.763-68	Contratação de apresentação cultural (Jotão e Jotinha) para a abertura da palestra "Os Tribunais de Contas como instrumento de Fortalecimento da Democracia Brasileira", ministrada pelo ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto.	800,00	DOE-TCE Nº 180/16 23/09/16

- Processos licitatórios de dispensa:

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
TC-01184716	40/16	Barros Miranda & Cia. Ltda. CNPJ: 01.115.309/0001-90	Aquisição de pneus	1.390,00	-
TC-011600/16	41/16	Barros Miranda & Cia. Ltda – Pneusul. CNPJ: 01.115.309/0001-90	Aquisição de bateria destinada ao veículo de propriedade deste Tribunal de Contas.	480,00	-
TC-0102117/16	42/16	Érika Fernanda Sales Cavalcante CNPJ: 11.748.757/0001-84	Contratação em caráter emergencial de empresa para fornecimento de água mineral natural sem gás para atendimento das necessidades deste TCE por um período de até 120 dias, enquanto se conclui o procedimento licitatório que se encontra em andamento	17.917,50	DOE/TCE Nº 125/16 DE 06/07/16
TC-012118/16	43/16	M. F. De Mesquita Industria E Comercio – Me - Leda Vidros, CNPJ: 06.536.774/0001-18	Contratação de empresa para serviço de manutenção predial-reposição de molas de porta de vidro.	4.248,00	-
TC-012109/16	44/16	Unitel-Telecomunicações Ltda. CNPJ: 00.155.199/0001-27	Aquisição de 01 (Um) aparelho Ks Siemens Optipontt para este TCE/PI	819,20	-
TC-012613/16	45/16	Jean Carlos De Almeida Rodrigues Bom Lavar – Lavagem A Seco. CNPJ: 11.720.305/0001-94	Lavagens a seco em 115 (cento e quinze) cadeiras pertencentes às dependências deste TCE-PI	2.185,00	-
TC-012847/16	46/16	O S Borges - Me CNPJ: 06.637.003/0001-17	Aquisição de carimbos numeradores automáticos	925,00	-
TC-012104/16	47/16	Jean Carlos Moraes Silva – Me. CNPJ: 07.498.618/0001-72	Realização de manutenção em equipamentos do setor médico (02 aparelhos Autoclave)	620,00 680,00	-

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
TC- 010721/16	48/16	Dário Luiz Da Silva Gonçalves	Adoção de providências referentes ao processo de doação de imóvel, por parte do Estado do Piauí a este Tribunal, autorizado pela Lei Nº 6.732/2015, conforme memo. Nº 106/2016-DA (Peça 2), originário da Diretoria Administrativa desta Corte de Contas.	1.100,00	-
TC- 013655/16	49/16	Unitel Telecomunicações Ltda. CNPJ: 00.155.199/0001-27	Instalação, extensão e remanejamento de ramais telefônicos	765,00	-
TC- 013612/16	50/16	F. V. P. Da Silva - Epp. CNPJ: 01.244.071/0001-00	Realização de serviço de esvaziamento de fossas sépticas e transporte de dejetos.	2.000,00	-
TC- 013810/16	51/16	Francisco José Silva	Solicitação de contratação de serviço de pintura de armários de aço.	1.799,00	-
TC- 014541/16	52/16	Thiago Ribeiro Lima Amaral	Contratação de cobertura fotográfica para solenidade de entrega da medalha do colar do mérito.	3.000,00	-
TC- 014797/16	53/16	Kative Floricultura Ltda	Contratação de empresa para fornecimento de arranjo de flores	390,00	-
TC- 014448/16	54/16	Silva e Nascimento Ltda (Tecnel - assistência técnica em elevadores e escadas rolantes)	Contratação de empresa para serviços de colocação de peças em elevadores.	3.100,00	-
TC- 014798/16	55/16	Kative Floricultura Ltda. CNPJ 03.743.482/0001-68	Contratação de empresa para decoração da solenidade de entrega da medalha do Mérito do TCE-PI	680,00	-
TC- 015241/16	56/16	Galan Vídeo Produções e Locações Ltda. CNPJ 41.506.932/0001-98	Locação de 02 (Dois) climatizadores ambientais	650,00	-
TC- 014882/16	57/16	Proteção Segurança e Ferramentas Ltda. (PROSEF) CNPJ: 10.372.298/0001-14	Aquisição de 20 cones de sinalização de trânsito, com 75cm de altura, com faixas reflexivas.	729,20	-
TC- 015402/16	58/16	André Silva Frota CPF: 045.134.703-05	Realização de passeio ciclístico	990,00	-
TC- 014653/16	59/16	TTL – Teresina Telecomunicações Ltda. CNPJ: 63.527.691/0001-04	Contratação de serviços de instalação, revisão e organização de sistema CFTV da Presidência e instalação de infraestrutura para monitores do Plenário.	5.400,00	-
TC- 015647/16	61/16	R. C. De Sousa Costa Comércio - Mee - Rk Vidros. CNPJ: 06.311.159/10001-03	Colocação de vidros, sobrepondo a três mapas, na sala e reunião desta Escola de Contas.	1.400,00	-
TC- 015648/16	62/16	Fortcrl CNPJ: 13.302.993/0001-06	Colocação de logotipo da Escola de Contas, em acrílico, a ser instalado na subida da escada do 3º andar do anexo II	1.600,00	-

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
TC-016538/16	63/16	SOS Baterias	Contratação de empresa para serviço de manutenção corretiva do grupo gerador do anexo II desta Corte	640,00	-
TC-016488/16	64/16	Gran Hotel Arrey CNPJ 04.443.02110002-13	Contratação de hospedagem - Ministrante do Curso de "Etiqueta Corporativa e Comportamento no Ambiente de Trabalho".	450,00	-
TC-017129/16	65/16	Galan Vídeo Produções e Locações. CNPJ 41.506.932/0001-98	Contratação de filmagem para o Minicurso "Etiqueta Corporativa e Comportamento no Ambiente de Trabalho"	900,00	-

• Processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico:

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
TC-016572/15	PE 01/16	Work Vix Comercio de Informatica Ltda Me, CNPJ 13.195.832/0001-52	Registro de preço visando futuras aquisições de fitas de dados LTO-4 e LTO-5, e outros materiais, para atendimento de necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	14.750,00
TC-011158/15	PE 02/16	Tech Cell Comercial Ltda-Me, CNPJ 23.203.733/0001-29	Aquisição, instalação e configuração de pentes de memória ram para upgrade dos servidores HP proliant DL380 G7 e HP proliant dl380 g5 integrante da infraestrutura de TI do TCE-PI	50.300,00
TC-08792/16	PE 03/16	Nutri Brasil Ltda - Me, CNPJ 69.626.349/0001-30,	Registro de preços objetivando futuras contratações para fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar, coffee-break e kit lanches, incluindo os serviços correlatos e de suporte), para atender eventos realizados pelo TCE-PI	Lote 1 - 270.500,00 Lote 2 - 88.650,00
TC-08530/16	PE 04/16	Nucleo Comercio e Servicos de Tecnologias Ltda, CNPJ 12.340.758/0001-58	Contratação de empresa para prestação de serviços de cabeamento estruturado, incluindo fornecimento e instalação de materiais, certificação e mão de obra, dos prédios sede, anexos 1 e 2 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí,	27.000,00
TC-06110/16	PE 05/16	Lote 1 - Vieira & Oliveira Grafica Ltda. CNPJ 18.633.013/0001-63 Lote 2 - Cintia Nogueira Dantas CNPJ 07.898.902/0001-36 Lote 3 - Multicaixas Ltda Me CNPJ 41.518.473/0001-62 Lote 4 - Odimilson Alves Pereira - Me CNPJ 03.930.566/0001-00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e confecção/fornecimento de materiais gráficos (blocos, certificados, diplomas, cartões de visitas, livros, revistas, envelopes, cartazes, folders, calendários, convites, cartões, etc.) conforme previsto no termo de referência, através do sistema de registro	Lote 1 - 3.999,00 Lote 2 - 1.698,00 Lote 3 - 480,00 Lote 4 - 55.700,00

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
		<p>Lote 5 - Cintia Nogueira Dantas CNPJ 07.898.902/0001-36</p> <p>Lote 6 - A. F. Rodrigues Servicos CNPJ 05.334.096/0001-48</p> <p>Lote 7 - Odilson Alves Pereira – Me CNPJ 03.930.566/0001-00</p> <p>Lote 8 - Vieira &amp; Oliveira Grafica Ltda. CNPJ 18.633.013/0001-63</p> <p>Lote 9 - Odilson Alves Pereira – Me CNPJ 03.930.566/0001-00</p> <p>Lote 10 - Multicaixas Ltda Me CNPJ 41.518.473/0001-62</p>	preço na modalidade pregão eletrônico, com execução mediante o regime de entrega fracionada, para atender às necessidades do TCE/PI	<p>Lote 5 - 20.095,00</p> <p>Lote 6 – 9.680,00</p> <p>Lote 7 – 16.499,00</p> <p>Lote 8 – 9.994,00</p> <p>Lote 9 - 34.800,00</p> <p>Lote 10 – 35.390,00</p>
TC-008790/16	PE 06/16	Kative Floricultura Ltda, CNPJ: 03.743.482/0001-68	Registro de preço para contratação de empresa especializada em serviço de montagem e ou decorações para o fornecimento de arranjos de flores naturais (ramalhetes, bouquet, botões/rosa, coroas e similares), nacionais, importadas, do campo e tropicais, locação de plantas para as decorações, conforme previsto neste termo de referência, por pregão eletrônico, para solenidades e ambientes internos, com execução mediante o regime de entrega fracionada, para atender às necessidades do TCE-PI	95.920,94
TC-011282/16	PE 07/16	Obs: Processo Licitatório em Fase Final	Registro de preço para contratação de prestador especializado em serviços gráficos de editoração, projeto gráfico, diagramação e revisão ortográfica para a produção de publicações do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	
TC-017317/14	PE 08/16	<p>Lote 1 – Softwares de Backup; Edson Cardoso Rocha Informática Me, CNPJ 08.834.272/0001-07</p> <p>Lote 2 – Placas de Expansão para Servidores HP G7; Fa Lima Informática Epp, CNPJ 01.259.682/0001-14</p>	Aquisição de licença para o software de backup HP data protector e agentes, acompanhado de suporte técnico e atualizações de versões, e aquisição de placas de expansão para servidores de rede da marca HP já em uso no TCE-PI	<p>Lote 1 – 78.000,00;</p> <p>Lote 2 – 15.449,49</p>
TC-011479/16	PE 09/16	Agreste Comércio de Produtos Alimentícios Ltda-Me, CNPJ: 15.811.210/0001-37	Registro de preços objetivando futuras contratações para aquisições de água mineral natural sem gás, com entrega de forma parcelada, para abastecimento dos setores integrantes do TCE-PI	64.941,60

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
TC-010575/15	PE 10/16	R D de Araujo Me (Desinsetizadora Pioneira), CNPJ: 63.343.057/0001-03,	Execução de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, que inclui (desinsetização, desratização, e descupinização), visando ao combate de pragas e agentes biológicos nas dependências, jardins e arredores dos edifícios: sede, anexos I e II do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	30.999,00

- Processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial:

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
TC-020198/15	PP 01/16	Obs: Licitação Fracassada	Registro de preços destinado à eventuais aquisições de água mineral natural sem gás, para abastecimento dos setores integrantes do TCE-PI, a serem fornecidas de forma parcelada, durante a validade da ata de registro de preços, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do termo de referência, anexo deste instrumento convocatório.	
TC-001802/16	PP 02/16	Gráfica e Editora do Povo Ltda- CNPJ 23.523.004/0001-50,	Contratação de empresa especializada nos serviços de publicação dos avisos de procedimento licitatórios do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, durante o exercício de 2016/2017, em jornal de grande circulação na cidade de Teresina – PI	38.000,00

- Procedimentos de Adesão:

Nº DO PROCESSO	Nº ADESAO	ATA DA ADESAO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
TC-019552/15	01/2016/TCE-PI	01- Ata de Registro de Preço Nº 207/2015 - Pregão Nº 34/2015, Processo Administrativo Nº 023442.005361/2015-71/2014, Realizado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Consoante	01-Lanlink Informática Ltda., CNPJ 41.587.502/0001-48,	Aquisição de equipamentos para ampliação da infraestrutura de rede de dados de telefonia e servidores	01-156.770,85
			02-Teltec Solutions Ltda., CNPJ		02-222.500,00.



Nº DO PROCESSO	Nº ADESAO	ATA DA ADESAO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
		Extrato Publicado no DOU de 01/10/2015; 02- Ata de Registro de Preço Nº 79/Ufr/2015 - Pregão Nº 27/2015, Processo Administrativo Nº 023129.000765/2014-11, Realizado pela Universidade Federal de Roraima	04.892.991/0001-15		
TC-02416/15	02/2016/TCE-PI	À Ata de Registro de Preço Nº 51/2015 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 29/2015, Processo Nº 11.064/2015, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará	Claro S/A, inscrita no CNPJ 40.432.544/0001-47	Prestação de serviço IP para acesso à internet através de links dedicados a serem instalados no Tribunal de Contas do Estado do Piauí	125.829,82
TC-05204/16	03/2016/TCE-PI	À Ata De Registro de Preço Nº 017/2016 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 80/2015, Processo TRT8ª Nº 2483/2015, do Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região (Belém-PA)	Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ 33.000.118/0001-79	Contratação de link dedicado para acesso à internet com roteamento do protocolo BGP para trânsito do sistema autônomo do contratante, com taxa de transmissão de 100mbps (internet redundante)	154.636,08
TC-05972/16	04/2016/TCE-PI	À Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico Nº 103/2015 Processo Nº 23111.027450/2015-82 da Universidade Federal do Piauí	Alocar-Locadora de Veculos, Maquinas e Equipamentos Ltda, Inscrita no CNPJ 04.470.925/0001-57	Contratação empresa especializada na prestação de serviços de locação de locação de veículos tipo van e camioneta (novos sem motoristas, sem combustíveis e quilome-tragem livre), para transporte de servi-dores, colaboradores e materiais do TCE	182.787,84
TC-08993/16	05/2016/TCE-PI	À Ata de Registro de Preço Nº 38/16 oriunda do Pregão Eletrônico Nº 03/2016 (Processo Administrativo Nº 23073.34119/15-12), Realizado pela Universidade Federal do Pará	Huffix Ambientes Empresariais Indústria e Comércio de Móveis Ltda., CNPJ/MF 05.238.556/0001-34	Fornecimento e instalação de arquivos deslizantes	65.625,00

Nº DO PROCESSO	Nº ADESÃO	ATA DA ADESÃO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$
TC-09666/16	07/2016/ TCE-PI	À Ata de Registro de Preço Nº 30/2015 - Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 01/2015, Processo Administrativo Nº 023/2014, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	GM de Moura Barros CNPJ 04.453.760/0001-05	Fornecimento de alimentação (quentinha, almoço, coffee break, coquetel, lanche projeto vida saudável, lanches avulsos, frutas in natura e polpas de frutas)	12.450,00
TC-012716/16	08/2016/ TCE-PI	À Ata de Registro de Preço Nº 09/16 oriunda do Pregão Eletrônico Nº 54/2015 (Processo Administrativo Nº 378/15), Realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	Diagrama Tecnologia Ltda – Epp. CNPJ 10.918.347/0001-71	Aquisição de scanners.	47.970,00
TC-015080/16	09/2016/ TCE-PI	À Ata de Registro de Preço Nº 055/2015/TJ/PI - Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 030/2015, Processo Administrativo 051/2015-Clc/TJ/PI, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Jorge Batista & Cia Ltda. CNPJ 07.222.185/0001-28	Aquisição de 1.500 resmas de papel a4 210x297mm, 75g/m2 super branco	16.395,00

## 12.5. Gestão de Contratos

Compete à Divisão de Gestão Contratual (DGC) coordenar e orientar as atividades de elaboração e apoio à gestão e à fiscalização de contratos; receber e instruir pedidos de contratação e de alterações contratuais; propor a aplicação de penalidades a licitantes vencedores quando não atenderem à convocação para assinatura dos contratos ou quando deixarem de entregar a garantia no prazo previsto nos contratos; orientar as demais unidades do Tribunal na condução dos procedimentos de formalização, acompanhamento e alteração de contratos; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Contratos:

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTRATO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. CONTRATO
TC-08530/16	CA 20/16	Núcleo Tecnologia e Comunicação Ltda CNPJ/MF: 12.340.758/0001-58	Prestação de serviços de cabeamento estruturado, incluindo fornecimento e instalação de materiais, certificação e mão de obra, dos prédios sede, anexos 1 e 2 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.	27.000,00	DOE – TCE N° 125/2016 de 05/07/16
TC-08993/16	CA 21/16	Huffix Ambientes Empresariais Indústria e Comércio de Móveis Ltda CNPJ: 05.238.556/0001-34	Adesão à ata de registro de preços nº 38/2016 da ufpa para fornecimento e instalação de arquivos deslizantes.	65.625,00	DOE - TCE N° 133/2016 de 15/07/16
TC-012117/16	CA 22/16	Erika Fernanda Sales Cavalcante CNPJ: 11.748.757/0001-84	Fornecimento de água mineral natural, sem gás, com entrega parcelada.	17.917,50	DOE - TCE N° 134/2016 de 18/07/16
TC-012716/16	CA 23/16	Diagrama Tecnologia Ltda - EPP CNPJ: 10918347/0001-71	Adesão à ata de registro de preços nº 09/2016 da ter-ba para aquisição de 03 três scanners.	47.970,00	DOE - TCE N° 174/2016 de 15/09/16
TC-011479/16	CA 24/16	Agreste Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda. - Me CNPJ: 15.811.210/0001-37	Fornecimento de água mineral natural, sem gás, com entrega parcelada	32.470,80	DOE - TCE N° 182/16 de 27/09/16

- Termos Aditivos de Contratos

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTRATO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. ADITIVO
TC-021624/15	2º TA CONT. 23/14	Agatha Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 08.483.447/0001-70	Reajuste de preço do contrato nº 23/2014.	87.885,63	DOE – TCE Nº 63 de 07/04/16
TC-03933/16 apensado ao Processo TC-010939/13	1ºTA CONT. 02/16	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda CNPJ: 06.301.115/0001-00	Alteração do contrato original permitido pelo art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, para acréscimo de 14,8% do valor total contratado, objetivando adicionar o serviço de revisão do projeto de climatização do edifício sede dentre os serviços a serem executados pela contratada, em conformidade com o processo TC nº 3.933/2016. (total do cont. R\$ 386.089,67)	56.963,57	DOE/TCE Nº 77/16 de 28/04/16
TC-08526/16 (apensado ao Proc. TC-010939/13 – Tomada de Preços Nº 01/15).	2º TA CONT. 02/16	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda CNPJ: 06.301.115//0001-00	Prorrogar o prazo de execução do contrato nº 02/16, e estabelecimento de prazo de vigência do contrato nº 02/16 em 334.	-	DOE – TCE Nº 118 de 24/06/16
TC-010180/16 vinculado ao TC-004473/13	1º TA CONT. 09/15	Flights Up Serviços De Software e Programas em Informática. CNPJ: 17.285.257/0001-30	Prorrogação do prazo de execução do contrato nº 009/2015	18.400,00	DOE – TCE Nº 131 de 13/07/16
TC-011905/16	5º TA CONT. 10/12	Aceco TI Ltda. CNPJ: 43.209.436/0001-06	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 010/2012, com vistas a prorrogar a prestação dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva da sala cofre de 16m² instalada no datacenter do TCE-PI	504.125,64	DOE – TCE Nº 170 de 09/09/16
TC-014291/15 (apensado ao Processo TC-A-018433/11)	6º TA CONT. 013/11	Porto Seguro Cia de Seguros Gerais CNPJ: 061.198.164/0001-60	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 013/2011-TCE-PI, de prestação de serviços no ramo de seguros de veículos, para cobertura da frota oficial de veículos pertencentes ao TCE-PI	10.707,04	DOE – TCE Nº 174 de 15/09/2016 e DOE – TCE Nº 175 de 16/09/16 (Republic por incorreção)
TC-015852/16	3º TA CONT. 02/16	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda CNPJ: 06.301.115/0001-00	Prorrogar o prazo de execução do contrato nº 02/16 e seus aditivos por mais 90 (noventa) dias, e prorrogar o prazo de vigência por 90 dias.	-	DOE – TCE Nº 179 de 22/09/16

- Convênios e Aditivos:

Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/ TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	VALOR R\$	Nº DO PUBLIC
TC- 000599/16	Termo de Convênio de Cessão	Poder Legislativo (Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)	Cessão: - Alexandra Cronemberger Rufino; - Francisco das Chagas Castro e Silva; - Henrique José Carvalho Nunes; - Maria Lúcia Falcão Rego; - Maria Tereza Ruben Pereira; - Paulo Henrique Gomes Malaquias; - Sandra Nérica L. Moura Oliveira; - Alexandre Magno Marques Damasceno.	01/01/2016 a 31/12/16		DOE/TCE- PI Nº 13/16 de 21/01/2016
TC- 000969/16	Termo de Convênio de Cessão	Prefeitura Municipal de Teresina	Cessão: - João Antônio Cordeiro da Silva	01/01/2016 a 31/12/16		DOE/TCE- PI Nº 18/16 de 28/01/2016
TC- 000969/16	Termo de Convênio de Cessão	Prefeitura Municipal de Teresina	Cessão: - Mércia Liane Nogueira de Souza; - Maria José de Carvalho; - Clara Regina Pereira da Silva Chantal Nunes.	01/01/2016 a 31/12/16		DOE/TCE- PI Nº 18/16 de 28/01/2016
TC- 001456/16	Termo de Convênio de Cessão	Poder Executivo do Estado do Piauí	Cessão: - Antonio Ricardo Leão de Almeida; - Ângela Raquel da Cruz Alencar Villar de Queiroz; - Anna Augusta de Carvalho Gonçalves Nunes Reis; - Francisco Vieira de Morais; - Joselina Maria Soares Barros da Silva; - Soraya Fortes Said Freire; - Maria Larissa Reis e Silva Máximo de Araújo; - Marília Ferreira Mendes Vieira; - Adelino Nunes Cavalcante; - Ivaldo Ferreira da Silva; - Vera Lúcia Leite Barros Miranda; - Egídio Portela Soares; - Maria do Socorro Rubem Pereira; - Mauro César Fortes Mendes; - Lucas Cavalcanti Vieira Araújo; - Antônio Luiz Medeiros de	01/01/2016 a 31/12/16		DOE/TCE- PI Nº 23/16 de 04/02/2016

Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/ TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	VALOR R\$	Nº DO PUBLIC
			Almeida Filho (cessão por 02 órgãos); - Eline Rodrigues de Miranda Paulo; - Paulo Henrique Couto Machado; - Ivete Maria Gonçalves; - Marinalva Moura Araújo de Oliveira.			
TC-002818/16	Termo de Convênio de Cessão TA nº01/16	Poder Executivo do Estado do Piauí	Cessão: - Flávio Adriano Soares Lima; - Thiago Barros Miranda de Carvalho.	25/01/2016 a 31/12/16		DOE/TCE-PI Nº 38/16 de 01/03/2016
TC-008344/16	Terceiro Termo Aditivo a Convênio TA nº03/16	Procuradoria Geral do Estado do Piauí (PGE)	Estabelecer procedimentos entre o TCE e a PGE para execução judicial das decisões do TCE/PI	02 anos, a partir de 13/03/16		DOE/TCE-PI Nº 75 de 27/04/16
TC-008770/16	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2016	IRB (Instituto Rui Barbosa)	Estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede INDICON), com a finalidade de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública	60 meses, a partir de 18/04/16		DOE/TCE-PI Nº 80/16 de 03/05/2016
TC-003674/16	Convênio de Consignação Caixa	CEF (Caixa Econômica Federal do Piauí)	Concessão de empréstimo aos servidores do TCE-PI, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamento	Prazo Indeterm. a partir de 25/04/16		DOE/TCE-PI Nº 81/16 de 04/05/2016
TC-006588/16	Convênio nº 06/15 TA	Ministério Público do Estado do Piauí	Proteção do Patrimônio Público (Aditivo visando definir o TCE-PI como responsável financeiro pela aquisição de estações de trabalho, nos termos acordados no Plano de Trabalho)	A partir de 29/04/16		DOE/TCE-PI Nº 91/16 de 18/05/2016
TC-006117/16	Convênio nº 01/13 TA nº06/16	Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ)	Prorrogação da vigência do convênio de gestão patrimonial, objetivando o fortalecimento institucional com a melhoria de ações de controle externo	180 dias, de 28/05/16 a 27/11/16	2268000 (Concedente) 252000 (Contrapartida)	Diário Oficial do Estado nº 95/16 de 20/05/16
TC-010448/16	Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 25/16	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Cessão da servidora Rosemary Capuchu da Costa.	02 anos, a partir de 01/06/16	-	DOE/TCE-PI Nº 96/16 de 25/05/2016

Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/ TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	VALOR R\$	Nº DO PUBLIC
TC-009236/16	Termo de Cooperação Técnica nº 05/2016	UESPI (Universidade Estadual do Piauí)	Cooperação Técnica para desenvolvimento de ação extensiva com os alunos do Curso de Ciência da Computação no intuito de implementar o desenvolvimento do Software SID (Sistema de Gerenciamento de Documentos de Prestação de Contas do TCE-PI).	24 meses, a contar de 24/05/16	107500 (Contrapartida)	Diário Oficial do Estado Nº 98/16 de 25/05/16
TC-010892/16	Termo de Convênio de Cessão TA nº 02	Poder Executivo do Estado do Piauí	Cessão: Solon Marcos Chaves Reis.	09/05/2016 a 31/12/16		DOE/TCE-PI Nº 104/16 de 06/06/16
TC-006599/16	Termo de Cooperação Técnica	Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí (SEADPREV) e sua Superintendência da Previdência (SUPREV)	Cooperação técnica de informações sobre aposentadoria, pensão e auxílio reclusão de servidores ativos e seus dependentes.	18/05/2016 a 31/12/18		DOE/TCE-PI Nº104/16 de 06/06/2016
TC-012662/16	Convênio de Cooper Técnica e Operacional nº 06/15 TA	Ministério Público do Estado do Piauí	Renovação do convênio. (Bolsa de 01 Salário Mínimo Vigente + Auxílio Transporte de R\$ 77,00 + Seguro Obrigatório, por estagiário. Máximo de 30 estagiários)	01 ano, de 15/07/16 a 15/07/17		DOE/TCE/PI Nº131 de 13/07/2016
TC-006327/16	Acordo de Cooperação	Banco do Brasil S.A.	Disponibilização, pelo Banco, ao TCE-PI, do aplicativo RPG (Repasse de Recursos de Projetos de Governo).	12 meses, a contar de 13/07/16		DOE/TCE/PI Nº138 de 22/07/2016
TC-013238/16	Termo de Adesão nº 15/2015 Primeiro TA	Instituto Rui Barbosa (IRB)	Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Adesão nº 17/2015 (Cota de Contribuição Anual ao IRB).	01 ano, a contar de 27.07.16, prorrogável por 60 meses	50000 (Contrapartida)	DOFC-TCE-MG nº 1414/16 de 12/08/2016
TC-015015/16	Acordo de Cooperação Técnica	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	Intercâmbio de conhecimentos, experiências, informações e tecnologias, em especial no que tange a soluções de tecnologia da informação, mediante a implantação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.	05 anos, a partir da data da publicação		DOE/TCE-PI Nº163/16 de 30/08/2016



Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/ TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	VALOR R\$	Nº DO PUBLIC
TC-013469/16	Termo de Convênio de Cessão TA nº01/16	Prefeitura Municipal de Teresina	Término da cessão de servidora da PMT, Clara Regina Pereira da Silva Chantal Nunes.	01/08/2016		DOE/TCE-PI Nº165/16 de 01/09/16
TC-015930/16	Termo de Convênio de Cessão TA nº 01	Poder Legislativo (Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)	Cessão da servidora Sílvia Jaqueline Braga Mendes.	01/09/2016 a 31/12/2016		DOE/TCE-PI nº 173/16 de 14/09/2016
TC-016243/16 (Juntado ao 004104/16)	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2015	CGU, MPLAN, ATRICON e IRB	Fomentar a aplicação dos preceitos da Lei Complementar 101/2000 pelos Estados e Municípios, especialmente no que se refere à transparência da gestão pública e a adesão dos partícipes à Rede SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse).	03/03/2016		DOE/TCE-PI nº 176/16 de 19/09/16
TC-014174/16	Termo de Cooperação Técnica nº 06/2016	Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI)	Cooperação técnica para o desenvolvimento de ação extensionista com alunos do Curso de Computação, com o intuito de implementar o desenvolvimento do Software SIPUDI (Sistema de Publicação no Diário Oficial do TCE-PI).	24 meses, a contar de 28/09/16	39450 (Contrapartida)	DOE/TCE-PI Nº 185/16 de 30/09/16

OBS.: Período da apuração: Jan-Set/2016



### 13. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

A Escola de Gestão e Controle é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCE/PI e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados e à sociedade civil.

Durante o segundo trimestre a EGC desenvolveu por iniciativa própria ou por demanda, as seguintes atividades de qualificação e capacitação:

EVENTO	JUL	AGO	SET	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
3º Contratos Week- Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos	X			34h	05
Novo Código de Processo Civil	X			20h	05
Curso Completo de Licitações e Contratos Administrativos	X			32h	02
1ª Jornada Nacional de Qualidade de Vida	X			06h	02
Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública	X			33h	01
Seminário Nacional de Controle Externo dos RPPS	X			08h	02
Aulas do Curso de Mestrado	X				01
Curso Prático: Gestão de Documentos, Arquivos, e Classificação de Informações na Administração Pública	X			16h	05
Novo Código de Processo Civil		X		20h	05
Curso: “Como Elaborar uma Boa Lei Orçamentária Anual”		X		06h	03
Curso: Java EE		X		60h	10
Curso: Práticas de Fiscalização no âmbito dos Tribunais de Contas		X		10h	29
Curso: Francês II		X		20h	22
Curso: Técnicas Aplicadas para Falar em Público		X		20h	38
Curso: Aprofundamento em Processo Civil		X		20h	52
Curso: Iniciação à Advocacia Previdenciária		X		08h	28
Curso: Aposentadoria e Pensão de Servidor Público		X		08h	28
IV Jornada de Estudos Previdenciários do Nordeste		X		02h	28
Curso Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público na Prática		X		16h	06
Controle e Fiscalização dos Contratos de Gestão e no Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias		X		24h	65
e-Social-Como implantar na Administração Pública		X		25h	03
14ª Semana Jurídica do TC do Estado de São Paulo		X		20h	02
Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância e Inquérito		X		24h	05
Teste Seletivo para Estagiário de Nível Superior (administração, Direito, Economia, Engenharia Civil, Informática, Jornalismo)		X		Das 7h às 13h	897
Oficina de Capacitação aos Servidores Públicos da Educação (Saúde e Qualidade de Vida na Gestão Municipal)		X		20h	81

EVENTO	JUL	AGO	SET	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Oficina de Capacitação aos Servidores Públicos da Educação (Prevenindo o Assédio Moral e Sexual na Gestão Pública)		X		20h	48
Oficina de Capacitação aos Servidores Públicos da Educação (Redação Oficial)		X		20h	50
Curso: Técnicas Aplicadas para Falar em Público			X	20h	38
Curso: Aprofundamento em Processo Civil			X	20h	52
Novo Código de Processo Civil			X	20h	05
Curso: Francês II			X	20h	22
Curso sobre o sistema SIMBA			X	16h	10
Curso: Português Básico 3 - Sintaxe			X	16h	09
Encontro Nacional do IRB (Corregedoria e Ouvidoria)			X	16h	02
Apresentação das ferramentas desenvolvidas pelo NUGEI			X	06h	33
VII Educorp-Controle Social			X	16h	02
XVII SINAOP-Obras Públicas			X	40h	05
VII Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas (Sistemas de Gestão de Informação: Modelos e Aplicações)			X	16h	02
Prestação de Contas e análises e críticas voltada aos conselheiros sociais			X	08h	Conselheiros sociais daquele município
I Fórum Processualista: o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação Subsidiária aos TC's			X	16h	03
Curso: Auditoria de TI			X	16h	03
I Fórum Internacional de Gestão e Responsabilidade Fiscal			X	04h	284
Palestra: Os Tribunais de Contas Como Instrumento de Fortalecimento da Democracia Brasileira			X	02h	310
Curso: Introdução ao TCE			X	20h	31